

HUGO GONÇALVES

# Mãe



COMPANHIA DAS LETRAS

*Agora,  
nem o vento move as cortinas desta casa.  
O silêncio é como uma pedra imensa,  
encostada à garganta.*

JOSÉ AGOSTINHO BAPTISTA

*Esta é a viagem que faço para contar-vos a verdade, aquela que sempre soube que teria de fazer. Uma viagem é uma viagem porque não sabemos o que vamos encontrar no caminho ou o que faremos com aquilo que descobrirmos — nem o que aquilo que descobrirmos irá fazer conosco.*

JAMES BALDWIN

*Um homem é um homem, um bicho é um bicho, corta-se-lhe o rabo e fica rabicho.*

AVÓ MARGARIDA

*Com a exceção do nome da mãe, todos os outros foram alterados. Mas este é um relato verdadeiro, ainda que, na tentativa de fazer sentido, a nossa memória seja tantas vezes imaginação.*

# Nos picos da Macaronésia vi um avião

No dia 13 de março de 1985, uma amiga da minha mãe esperou que eu chegasse do colégio e, após aliviar-me do peso da mochila, diante da porta de minha casa, disse: “Sabes que a tua mãe estava a sofrer, não sabes? Ela agora já não está a sofrer mais”.

A minha mãe chamava-se Rosa Maria e morrera de madrugada, com trinta e dois anos, num hospital em Londres, a dois mil quilómetros dos filhos. Não fui ao velório, ao funeral ou à missa do sétimo dia. Nunca ninguém me disse: “A tua mãe morreu de cancro”, tal como antes ninguém me dissera: “A tua mãe tem cancro”.

Quando regresssei ao apartamento onde vivíamos, após uma semana em casa de amigos da família, fui investigar todas as divisões, queria confirmar que a minha mãe não morrera, que se tratava de uma partida dos adultos, de um erro que podia ser revertido. Mas ela não estava lá. Nunca mais estive.

Em 2015, a minha avó materna entregou-me o testamento do meu avô dentro de um saco de plástico. Estávamos na cozinha de sua casa, onde tantas vezes almoçáramos em família, mas agora éramos apenas a viúva e o órfão que faziam a transferência das agruras e dos subterfúgios que passam de geração em geração.

Imaginei que a entrega daquela pasta com documentos era uma espécie de ritual de crescimento que, além de assinalar as mudanças recentes na minha vida — o regresso a Lisboa, após vários anos a morar no Brasil, e o fim do meu casamento —, impunha também uma constatação inadiável: com trinta e nove anos, eu passara o arco da existência em que já não fantasiávamos exclusivamente com o futuro e somos compelidos a entender o passado.

Naquele gesto da avó Margarida, além do simbolismo que eu lhe atribuía, havia também algo de corriqueiro, como se eu fosse ainda a criança a quem ela mandava fazer recados. O alívio com que os seus dedos se soltaram do saco de plástico, tal como o cabelo despenteado e o copo da dentadura em cima da bancada da cozinha, fez-me suspeitar que ela nunca olhara sequer para os papéis. Com oitenta e um anos, tendo já passado pela morte do marido e de dois filhos, era possível que se atribuísse o direito de delegar nos mais novos os deveres burocráticos da família. Conheceu o meu avô quando tinha dezasseis anos. Em mais de seis décadas de vida em comum, descobriu-lhe uma amante de longa duração, falsificou a sua assinatura em cheques e empurrou-o numa cadeira de rodas. Mas

agora o drama esgotara-se. E o que tinha de acontecer já acontecera. O avô Daniel tinha morrido três anos antes. Para a minha avó, não havia nenhum volte-face dentro daquele saco. Para mim, tampouco. Não esperava encontrar revelações, heranças ou pistas sobre um enigma genealógico. Ainda assim, sabia que a viagem de regresso ao dia 13 de março de 1985 começaria quando abrisse aquele saco de plástico.

Foi o que fiz hoje, um ano depois de o ter recebido. No interior, além do testamento, está a certidão de nascimento do meu tio Jorge, irmão mais novo da minha mãe, na qual consta que ele nasceu no primeiro dia de 1965. Há dois averbamentos a registar nesse papel:

1) O seu casamento, em 1990,

e:

2) “Faleceu em 25 de janeiro de 1997, na freguesia de Faro.”

Encontro ainda dentro do saco:

1) A escritura da casa onde vive a minha avó.

2) Em vez da caligrafia do meu avô, demasiado doente para escrever o seu nome no testamento, está uma impressão digital e a frase, escrita pela notária: “O testador disse não conseguir assinar”.

3) Fotocópias do cartão de cidadão — do meu, do meu irmão Pedro — onde alguém escreveu a lápis: “Netos (a mãe, filha do falecido, já faleceu)”.

Nenhuma novidade, há mais de trinta anos que somos os filhos da “mãe que já faleceu”.

Fico a saber que a minha avó nasceu na freguesia de Nevogilde, concelho do Porto, em 1934, e o meu avô na freguesia de Salir, concelho de Loulé, em 1930.

Mortes e nascimentos. A vida em papéis de cartório sem que se possa saber muito mais do que datas ou lugares. Porém, na certidão de nascimento do meu tio está escrito: “neto paterno de pai

incógnito”. O que significa que o avô Daniel talvez nunca tenha conhecido o pai e que as palavras “pai incógnito” apareceram no seu bilhete de identidade a vida inteira.

Uma vez, no hospital, em mais uma consulta na Ortopedia por causa do cancro na tíbia, ele dissera-me, com fúria: “Se é para ficar sem uma perna, mais vale pôr uma corda ao pescoço”. Uma semana antes de me mudar para o Brasil, em 2011, e cinco meses antes da sua morte, vi-o numa cadeira de rodas, de pijama e magro, já não o mestre calceteiro que passara anos a partir pedras com as mãos que me pareciam tornos. Nessa visita, transmitiu-me uma variante da promessa que fizera no hospital. “Mais vale pôr uma corda ao pescoço.” Só que, em vez de uma afirmação de dignidade, a frase soou como uma súplica. Seria a última vez que nos víamos.

(Manhãs e tardes no Hospital de Santa Maria, o meu avô mostrando-me as manchas na perna, carne escura e morta, a falência do corpo que melhor anunciava o desaire da velhice, as suas perguntas constantes quando passávamos horas na sala de espera, a aversão que tinha à doença dos outros pacientes.

O médico que nos recebeu usava gel no cabelo e um relógio dourado no pulso. Via dezenas de casos por dia, num hospital público, e foi perentório: “Temos de amputar”. O pulso do meu avô tremeu ao assinar a autorização para a cirurgia, a caneta caiu-lhe dos dedos, “Estou um bocadinho nervoso”, e o seu sorriso mal disfarçava o pavor — já não o meu avô, mas um miúdo rogando clemência. O médico deu-lhe outra caneta, agora mais próximo, “Vai ver que é melhor assim, senhor Daniel”, e a caligrafia infantil da assinatura formou-se na linha picotada, dois nomes próprios, a azul, e o apelido que também era da minha mãe, que é meu ainda.)

Certo dia, um telefone tocou no Rio de Janeiro e o meu irmão mais velho disse-me: “O avô morreu”.

Tal como anos antes me ligara para dizer: “O tio Jorge morreu”.

Tal como a amiga da minha mãe, numa tarde de inverno de 1985, me disse: “Sabes que a tua mãe estava a sofrer, não sabes?”.

No testamento não há heranças ou revelações. Mas, como suspeitava, esse tornou-se o pretexto para iniciar a viagem. Durante mais de trinta anos, a minha curiosidade esteve virada para fora: o trabalho como jornalista, os anos a morar no estrangeiro, a fabulação do amor romântico, do sexo casual e das drogas, a incapacidade de ficar muito tempo no mesmo sítio, até mesmo o ilusionismo da escrita. Tinha de perseguir tudo o que me pudesse desprender do puxão gravitacional que era a ausência da minha mãe — não apenas a doença, a morte ou o luto, mas a minha mãe inteira, apagada de uma só vez. Em nossa casa, foram desaparecendo as suas fotografias, a roupa, a voz, o cheiro, e hoje não tenho um só objeto que ela tivesse tocado. O pai viúvo e os dois filhos jamais fariam da mulher que perderam. Cada um com a sua dor — calada, escondida, tão inominável como, em tempos, fora a doença dela.

Não terá sido por acaso que, com dezassete ou dezoito anos, ao descobrir *O estrangeiro*, de Albert Camus, a frase de abertura parecesse uma biografia da minha desorientação e afastamento. “Hoje, a mãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem.” Li essa frase uma e outra vez, como quem não consegue parar de chupar o sangue de um corte no dedo. É que, embora soubesse o dia, o mês e o ano da morte da minha mãe, essa parecia ser a única certeza. Uma data. Tudo o resto fora obliterado por um rolo compressor que deixara apenas a escuridão que precede e sucede a consciência.

Não sabia quanto tempo ela estivera doente ou internada num hospital em Londres. Durante anos, não tive uma fotografia da



minha mãe ou algo que lhe pertencesse, nem sequer esse devaneio de crer que as partículas da sua pele estariam nalgum colar ou na gola de um casaco e que poderia tocá-las, ser pele da sua pele.

Posso ainda lembrar-me de como ela pedia para os filhos segurarem o punho da camisola interior, quando nos vestia uma camisa, ou da vez em que caí num lago artificial, antes de uma sessão no Cinema Oxford, e ela correu para uma loja de roupa de crianças a fim de me livrar do embaraço. Mas, desde cedo, a sua voz passou a ser como uma estação de rádio engolida pela estática e que eu tinha cada vez mais dificuldade em sintonizar. O rosto estagnou nas feições das fotografias, no retrato usado na campa e no obituário de jornal. Roupa, joias, uma escova de cabelo — desapareceu tudo nos meses após a sua morte. Uma operação de limpeza, executada pelos adultos, que era também uma missão de salvamento.

A avó Margarida açambarcava os despojos materiais da filha, escondia-os ou levava-os para sua casa, queria-a só para si. O meu pai, na beira do precipício de uma depressão, precisava de lançar a carga do luto borda fora, desmontar as armadilhas que um sapato ou um estojo de maquilhagem da mulher podiam abrir no caminho de um homem de quarenta e um anos com dois filhos pequenos para criar.

“Hoje, a mãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem. Recebi um telegrama do asilo: ‘Sua mãe falecida. Enterro amanhã. Sentidos pêsames’. Isto não quer dizer nada. Talvez tenha sido ontem.”

Na incerteza de Meursault — o narrador do livro de Camus —, eu via a minha própria incerteza e o meu desprendimento. Não sabia quase nada, julgando que a ignorância e a erosão da memória seriam a minha melhor defesa, a única possibilidade de sobrevivência. Também eu me sentia um estrangeiro, alguém removido do evento mais definidor da sua vida.

Amanhã apanho um avião. Tenho como destino uma ilha. E é por causa dessa ilha que esta tarde visito a avó Margarida, na casa onde me entregou o testamento, nos arredores de Lisboa. Em cima da moto em andamento, posso ver a casa no topo da colina, como tantas vezes antes, mas agora ninguém assomando à janela, esperando os netos para o almoço, porque a minha avó estará sentada diante da televisão, procurando no ecrã a companhia que as fotografias dos mortos já não conseguem dar-lhe — um irmão, dois filhos, um marido: trombose, cancro, sida e cancro. E agora, que o meu avô morreu, a casa também se extingue, um legado de velhice, que acelera a velhice da minha avó e que se manifesta na muleta para as suas pernas diabéticas (a mesma que o meu avô usava antes de lhe amputarem a perna), nos remédios para o coração, no assobio de algo a esvaziar-se sempre que ela sobe mais de três degraus ou no seu choro quando, há uns meses, me ligou porque o gato comera uma bisnaga de veneno para as pulgas.

(Devia ter uns nove anos quando encontrei a minha avó na varanda, afogando uma ninhada de cães recém-nascidos no tanque de cimento. Disse-me: “É melhor assim”. Depois colocou-os num saco do lixo e foi despejá-los no contentor da rua. Tantos anos mais tarde, são agora dois cães e um gato, que sobreviveu ao veneno das pulgas, a sua companhia mais constante.)

A porta da rua está sempre destrancada e, ao abri-la, chamo: “Vó?”. Cruzo o corredor com as fotografias dos mortos, reparando na peste negra do estuque, escutando o volume alto da televisão, até que oiço: “Estou aqui”. Entro na cozinha e ela mostra-me, orgulhosa, o frigorífico que conseguiu comprar com a sua pequena reforma. A brancura do eletrodoméstico contrasta com a gaiola e o aquário, ambos vazios, e com o quadro a óleo, de uma natureza-morta, com peças de caça e espingardas. O relógio de parede já não dá as horas,

mas o seu mecanismo parece funcionar sempre que um pingo se despenha da torneira no lava-loiças.

A avó Margarida está sentada diante de um prato de carne, cenouras e batatas. Pergunta-me se quero almoçar, digo que não, estou com pressa, tenho de terminar um trabalho, viajo no dia seguinte.

“A tua prima contou-me que já não estás com a tua mulher”, diz ela. “E também sei que o teu irmão se divorciou. Não tenho nada a ver com isso, só quero que estejam bem.”

“Estamos bem.”

E ficamos em silêncio, ela mastigando o seu almoço com os dentes postigos enquanto eu olho para o aquário vazio e para a muleta encostada à parede. O gato sai da cozinha e o vento sacode os caixilhos na janela onde vejo a curva da estrada que me levará a casa. Na despedida, junto ao portão do quintal, faço, por fim, a pergunta que me trouxe aqui:

“Lembras-te da primeira vez que os pais viajaram e nos deixaram contigo? Para onde é que foram?”

“Para a Madeira”, responde ela. “Ligavam lá para casa todas as manhãs e tu pedias à tua mãe para te trazerem um avião. Dizias que era para a levares contigo na próxima viagem.”

Trata-se de uma coincidência que queria confirmar, nada mais do que uma coincidência, mas amanhã também eu viajo para a ilha da Madeira, numas férias marcadas há meses. Em universos vastos e complexos, eventos improváveis ocorrem frequentemente. Aproveito a generosidade do acaso. Se o testamento do meu avô foi o ponto de partida, a Madeira será o primeiro destino.

Na sala de embarque, vejo o airbus que acabou de voar mais de mil quilômetros sobre o Atlântico. Em breve, novos viajantes, dos quais faço parte, percorrerão, no mesmo aparelho, a rota contrária sobre a vastidão do oceano. Lá fora, na pista, os carros com atrelados transportam dezenas de malas, em cada uma delas um ecossistema de objetos que, se decifrados, nos dariam pistas sobre a multiplicidade dos seus proprietários: T-shirts velhas, com buracos, que são também relíquias de umas férias antigas; cabelos de quimioterapia numa escova, uma caixa vazia da pílula do dia seguinte, livros anotados e cuecas transpiradas no ginásio — toda a massa orgânica e toda a matéria impalpável dos passageiros cujas caras perscruto na sala de embarque, tentando adivinhar nelas um regresso ou uma evasão, um começo ou um testamento, julgando-me assim próximo de uma compreensão mais clara, se não mesmo sentimental, do que é esta incumbência duríssima e esplendorosa de estar vivo.

Entro no avião e, quando descolamos, dou-me conta de que algo se desenlaça. Pela janela, espreito as estradas e os campos, a amplitude do rio estendendo-se sob as duas pontes que atam as margens. Sinto que a altitude e a velocidade desalojam as placas da consciência, libertando uma torrente de imagens. Lembro-me da minha mãe numa fotografia tirada na ilha que vou visitar agora. Está maquilhada, com sombra verde nas pálpebras, batom vermelho, e tem um vestido com flores. Sorri para a câmara. Penso: a minha mãe era bonita? Eu, que durante anos julguei ver a salvação na beleza feminina, nunca fui capaz de dizer que a minha mãe era bonita. Por vezes, mostrava uma fotografia a uma namorada e ouvia: “Ela era bonita”, mas achei sempre que se tratava da piedade com que as mulheres lidavam com aquele homem ao descobrirem que ele era ainda um miúdo órfão de oito anos.

Desde cedo conheci essa comiseração feminina. No dia em que regressei à escola, depois do funeral da minha mãe, uma rapariga alta, de óculos e cabelo curto, que ainda usava um bibe de creche quando toda a gente já vestia calças de ganga, aproximou-se de mim: “Eu sei o que aconteceu”. E aquilo que era um desajeitado gesto de carinho pareceu-me muito mais uma ofensa: “A professora contou-nos. Nós sabemos”. Tinha sido exposto em público no intervalo da manhã. Todos sabiam agora o meu ponto fraco, o meu segredo. Sentia-me menos do que fora antes, como se descobrissem que tinha uma perna prótica e que jamais voltaria a ser inteiro. No recreio do almoço, durante um jogo de futebol, respondi a uma rasteira de um colega com uma tentativa de estrangulamento. Foi preciso o contínuo para me afastar — a primeira de muitas vezes em que a raiva tomou o lugar da tristeza, tentando abafá-la.

Uns minutos depois, a severidade da professora terá sido mitigada pela minha condição de órfão recente. Não fui castigado. Começava aí a contradição que passou a fazer parte de quem sou: a morte da minha mãe deixou-me um nóculo de obscuridade e vazio, o mesmo nóculo que, afinal, fazia de mim o menino diferente que eu queria ser. Se ficara sem mãe tão cedo, se todos os outros rapazes e raparigas tinham o que me faltava, então, algo me era devido como contrapartida. Queria as melhores notas, os elogios da professora, o golo mais espetacular no jogo do recreio, qualquer coisa que escondesse a deformação de ser o único aluno, na escola primária, que não tinha mãe.

Essa foi a minha identidade clandestina durante muitos anos. Se fazia novos amigos, evitava contar-lhes que ela morrera. Se as suas mães preparavam lanches ou os abraçavam, eu jamais revelava desencanto ou inveja, porque a ideia de ser solitário era o meu selo de singularidade. Não me interessava muito pelo cuidado que as

*image  
not  
available*

# Quando, em meu mudo e doce pensamento, chamo à lembrança coisas que passaram

Durante muito tempo, tratou-se apenas de uma memória sem contexto: eu, com oito anos, debaixo da cama dos meus pais, espreitando a pequena televisão que ficava junto da janela. Lembrome da luz de fim de tarde de inverno naquele quarto — uma luz mastigada pelas nuvens, pelo cimento dos prédios. Numa das conversas com a minha avó, ela disse: “Tu entravas no quarto muito devagarinho e enfiavas-te debaixo da cama só para estares perto dela. Às vezes, a tua mãe dizia-me: ‘Tira o menino daí, que ele adormeceu’. No fim, ela já não queria estar com ninguém, afastava toda a gente, não queria que os filhos a vissem naquele estado”.

De imediato, a memória — o miúdo debaixo da cama para estar mais perto da mãe, a luz angustiante de um fim de tarde de chuva e de radioterapia — ganhou um enquadramento, e lembrei-me do jogo que inventava após a escola. Eu era um espião e tinha de arrastar-me, como os soldados miniatura que o meu pai nos comprava na papelaria, de forma a entrar no quarto sem que ela desse por isso. Também recordo que a natureza furtiva da missão era sabotada, por mim, pouco tempo depois de me instalar debaixo da cama. Respirava pesadamente, roçava os pés na alcatifa, fazia sons com a boca, esperando assim ser descoberto e que ela me chamasse para junto de

si. Temia incomodá-la, causar-lhe mais dor, mas precisava que me convocasse para junto da sua pele.

“No fim, ela já não te queria a ti nem ao teu irmão”, disse a minha avó, e contou que, certa tarde, o Pedro, que tinha doze anos, chegara do colégio com um colar de missangas ao pescoço. “Ele apareceu na cozinha a chorar e perguntei-lhe o que se tinha passado. ‘Não fiz nada, avó, só abri a porta do quarto para ver a mãe, mas ela começou a gritar comigo por causa do colar.’ Estas doenças, já se sabe... odeia-se as pessoas de quem mais se gosta. E a tua mãe estava muito doente. Já não era ela.”

Tentei confirmar a história com o meu irmão, que diz não se lembrar dessa tarde. E, ainda que a memória da minha avó possa estar contaminada pelo exagero, a verdade é que o despudor das suas palavras — “No fim, ela já não te queria a ti nem ao teu irmão” — parece-me tão incontestável como as suas platitudes sobre o comportamento humano: “Estas doenças, já se sabe... odeia-se as pessoas de quem mais se gosta”.

Com oito anos, eu não compreendia o que estava a acontecer, mas escutava palavras como “útero”, “tumor”, “hemorragia”, “raspagem”, “maligno” e suspeitava de como tudo podia terminar. Por isso, rastejava para debaixo da cama da minha mãe, acreditando que as minhas qualidades de agente secreto seriam indispensáveis no momento — e esse momento chegaria — em que teria de salvá-la. Se conseguisse enfiar a bola de ténis entre o reposteiro e a parede, três vezes seguidas, deus compensaria o meu talento atlético apagando as metástases. Se andasse pela casa de joelhos, esfolando a pele, as minhas feridas substituiriam as da minha mãe. Mas, com certeza descrente quanto ao mérito da minha influência, contava sempre com a magia de outros cúmplices — Jesus Cristo, Nossa Senhora ou



o doutor e milagreiro Sousa Martins, que aparecia nas pagelas de oração da minha avó.

Não era o único a acreditar na eficácia desses desafios. O meu irmão confessou-me que fazia promessas enquanto jogava *Pac-Man*.

“Eu pensava: ‘Se passar este nível, a mãe não morre’.”

“Sabias que ela ia morrer?”, perguntei-lhe.

“Sim, sabia.”

Para combater o mistério da doença, eu tinha o sobrenatural e a ficção. Tanto acreditava em Luke Skywalker como no busto do milagreiro padre Cruz, sobre a mesa de cabeceira do quarto de hóspedes. Cada prece, cada artefato mágico — fosse o martelo do Thor ou o livro de orações da minha avó — reiteravam a certeza de que havia algo que suspenderia as leis da Natureza, restaurando tudo o que estava estragado.

Levanto-me agora para procurar esse livrinho de orações no estaleiro da memória em que se tornou o meu escritório. Na capa, leio *Família forte e unida*. Encontro a “Oração do doente”: “Ofereço-Vos os momentos em que me parece que estou abandonado de todos e também os momentos em que cuidam de mim”. Na página seguinte, está a “Oração dos pequeninos”: “Ó Jesus, guardai-me de todos os perigos, defendei-me de todo o mal”.

Na estante, procuro o livro *Mortalidade*, de Christopher Hitchens, escrito enquanto o autor se debatia com um cancro. Vou direto ao posfácio, escrito pela sua mulher, e à passagem na qual ela relata uma visita ao marido, no hospital, na companhia da filha pequena, que se agachou para ver uma abelha no chão: “[A minha filha] está assustada, abana a cabeça para trás e para a frente, como se dissesse: ‘Não, não, não’. ‘A abelha parou’, diz ela. E depois dá-me uma